



Círculo onde, ao centro, se joga capoeira

# MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

DESMENTINDO UMA HISTORIOGRAFIA  
ENVIESADA

**Carlos Alberto Medeiros**

Doutor em História Comparada, Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais, Militante do Movimento Negro e um dos maiores especialistas no Brasil em Políticas de Ação Afirmativa. É autor do livro Na Lei e na Raça, tradutor de obras relevantes como A Autobiografia de Martin Luther King, livros de Zygmunt Bauman e do livro de Franz Fanon Por uma Revolução Africana.

Por muito tempo predominou na historiografia brasileira, bem como nas Ciências Humanas e Sociais de maneira mais ampla, a visão de uma suposta “anomia” da população negra no período posterior à Abolição da Escravatura, associada à tendência de limitar ou simplesmente ignorar/ocultar o ativismo negro durante o século XX. Dessa perspectiva, as organizações negras do período costumam ser reduzidas a três manifestações absolutamente esporádicas, sem conexões entre si e muito menos com outras de mesmo tipo, vistas como, no máximo, irrelevantes. Não há, nessa visão, nenhuma clivagem ideológica, de vez que dela compartilham intelectuais situados em diferentes posições no espectro político, chegando a contaminar a percepção de militantes negros com atuação no campo acadêmico. Por essa ótica, teria havido apenas três en-

tidades negras dignas de menção, do ponto de vista histórico, no pós-Abolição: a Frente Negra Brasileira, na década de 1930; o Teatro Experimental do Negro, nas de 1940/50; o Movimento Negro Unificado, a partir do final da década de 1970.

Nos últimos anos, alguns historiadores se têm dedicado à árdua, porém compensadora, tarefa de revelar o oposto, ou seja, a existência de uma teia de organizações de variado caráter – recreativo, cultural, social, político, por vezes simultaneamente – cuja existência é registrada continuamente, desde o século XIX, em diferentes cidades, estados e regiões do país, conforme consta de nossas referências bibliográficas. Trata-se de um conjunto impressionante, tanto em termos numéricos quanto pela variedade de opções ideológicas e formas de atuação. Clubes sociais, associações culturais e entidades antirracistas, promovendo atividades altamente diversificadas que incluem desde festas e comemorações, grupos de música, teatro e dança, passando por assistência

social, médico-odontológica e psicológica, e chegando à realização de seminários, simpósios, congressos e convenções, de âmbito local, regional e nacional, com vistas a investigar, avaliar e denunciar as diversas formas de discriminação racial que os negros enfrentam no Brasil. Entre esses historiadores, destacam-se, tanto pelo volume quanto, principalmente, pela qualidade de seu trabalho, Flávio Gomes e Petrônio Domingues, responsáveis por ministrar, no primeiro semestre de 2017, o curso Pós-Abolição no Brasil: o Associativismo Negro, no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ.

Para se entender o modo como vivenciei a experiência de cursar essa disciplina, na qualidade de doutorando, é preciso ter em conta minha dupla perspectiva, a de ativista e intelectual voltado para a questão de raça, com uma formação multidisciplinar que inclui a graduação em Comunicação e Editoração e o mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, do qual resultou o livro *Na lei*

*e na raça*. Legislação e relações raciais, Brasil – Estados Unidos. Como ativista do Movimento Negro com formação acadêmica, tenho participado intensamente do debate sobre raça no Brasil, em especial a partir da virada do milênio, com a implementação de políticas de ação afirmativa com recorte racial, o que forçou setores importantes das elites acadêmica e política a discutir não somente as cotas e outras formas de compensação histórica, mas a questão de fundo – o problema racial no Brasil. No meu caso, isso se deu de par com a percepção da potencial riqueza de uma perspectiva comparativa, envolvendo Brasil e Estados Unidos, que – desde que se tome cuidado para evitar as armadilhas do que denomino erros de tradução cultural – ajuda não apenas brasileiros a entenderem os Estados Unidos e americanos a entenderem o Brasil, mas brasileiros e americanos a entenderem melhor suas próprias realidades, visão, de resto, plenamente referendada pela História Comparada e altamente presente numa bibliografia na qual se evidencia o quanto

as duas sociedades se têm influenciado mutuamente na área de relações raciais.

Meu objetivo neste artigo é apresentar uma breve história do Movimento Negro Contemporâneo, ou dos anos 70, como alguns preferem denominá-lo, a partir de minha dupla perspectiva de intelectual e militante que me possibilita a simultânea condição de participante e observador. O objetivo é fornecer uma narrativa que explique o surgimento dessas organizações num determinado contexto histórico, as influências que ajudaram a moldá-las, suas formas de atuação e o impacto que tiveram, ou têm tido, sobre a sociedade. E que ajude a enterrar a ideia, muito difundida entre pesquisadores e mesmo militantes, de que o Movimento Contemporâneo se inicia no final daquela década, com a fundação, em 1978, do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. Para isso, será utilizada a história de duas organizações marcantes desse período: o Grupo Palmares, de Porto Alegre, e o Instituto de Pesquisas das Cul-

turas Negras – IPCN, do Rio de Janeiro, ao lado do importante fenômeno dos bailes de soul, ou Movimento Black, que empolgou a juventude afro-brasileira, naquele período, em diversas cidades do país. Entre as fontes utilizadas estão os arquivos dos órgãos de repressão do regime militar (CISA, DOPS, SNI), mostrando, entre outras coisas, a relevância por eles atribuída a essas organizações e manifestações.

## **PERÍODO TURBULENTO**

O período transcorrido entre os últimos anos da década de 1960 e a primeira metade do decênio seguinte foi marcado, em nível global, por grandes turbulências em termos sociais, políticos, culturais e intelectuais. Um período em que a própria civilização ocidental se viu sob ataques e questionamentos vindos não apenas das periferias, que se insurgiam contra formas de dominação secularmente estabelecidas, como a luta que acabou pondo fim à colonização europeia do continente africano, mas também, e prin-



principalmente, do próprio centro do sistema, sacudido por movimentos conduzidos por negros, indígenas, mulheres, homossexuais e outros grupos historicamente discriminados, sem esquecer os que desafiavam os valores morais e estéticos tradicionais, como o da chamada contracultura. Em paralelo e reação a tudo isso, estabeleceram-se ditaduras militares e civis de extrema direita, enquanto o campo socialista era sacudido por movimentos – duramente reprimidos – que clamavam por um “socialismo de face humana”.<sup>1</sup>

O alcance global desses movimentos, muitos deles deflagrados em áreas específicas do planeta, e especialmente no centro do sistema, foi possibilitado e potencializado pelo processo de globalização que, iniciado na virada dos séculos XV para XVI, em consonância e interligação com a modernidade, ganha novo impulso a partir de meados da década de 1960 graças às novas oportunidades trazidas pelos satélites artificiais de comunicação que possibilitam o conta-

to entre pessoas e grupos de (quase) todo o planeta, com forte impacto, entre outros, no campo das identidades.<sup>2</sup> (BAUMAN, 2005). As novas possibilidades identitárias permitem e estimulam o intercâmbio entre pessoas e grupos a partir da percepção de semelhanças, reais ou imaginadas, capazes de uni-los sob bandeiras comuns. É o caso da nova identidade negra que começa a ser construída a partir desse período, alicerçada nas lutas dos africanos e dos afro-americanos, com ênfase na valorização da História e da Cultura da África e da diáspora, bem como do fenótipo negro (“Black Is Beautiful”)

No Brasil, apesar da vigência de um regime autoritário, essas ideias vindas de fora tiveram considerável impacto, fazendo com que setores das elites se abrissem a novas interpretações da própria realidade brasileira. Uma das áreas em que esse efeito se fez sentir foi a do debate sobre a questão de raça. Até então, como nos mostra uma vasta bibliografia, a ideia da excepcionalidade

racial brasileira era amplamente hegemônica, o que obrigava as próprias lideranças e organizações do que hoje chamamos de Movimento Negro a encontrarem formas criativas de denunciar o racismo sem desafiar essa ideologia, tida como inatacável. Para isso contribuíam fortemente as informações que aqui chegavam sobre a realidade das relações de raça nos Estados Unidos, então marcadas pela segregação e pelo ódio raciais, supostamente inexistentes na sociedade brasileira. A mudança daquela realidade, com as progressivas conquistas e as novas posturas dos afro-americanos, com certeza, contribuiu para que negros, juntamente com brancos progressistas, mudassem sua percepção sobre a questão de raça no Brasil e ampliassem suas possibilidades de enfrentá-la.

## **A ALMA NA FESTA**

O impacto da luta dos afro-americanos acabou tendo maior amplitude, em comparação com a luta na África, em função de dois aspectos essenciais: o papel central ocupa-

do pelos Estados Unidos no sistema-mundo, o que faz com que os eventos associados àquela realidade tendam a ter maior repercussão por todo o planeta e, estritamente associado a isso, assim como aos efeitos da globalização, o fato de as novas ideias e posturas do Movimento Negro americano poderem ser divulgadas não apenas por meio de livros, revistas e jornais, mas também pelo cinema. Refiro-me aqui aos chamados “blaxploitation movies” (filmes com heróis e heroínas negros, apresentados como belos, inteligentes, corajosos e desafiadores, diferentemente das imagens apresentadas pelas produções brasileiras – infelizmente até hoje) e, em especial, à música – a *soul music*, que atrairia milhões de jovens negros, em muitas cidades do Brasil, expondo-os às novas possibilidades identitárias sintetizadas nos slogans “Black Power” e “Black Is Beautiful”. Nascido, segundo a maioria dos estudiosos da cultura musical norte-americana, em meados da década de 1950, a partir de uma fusão de gêneros anteriores (o jazz, o blues, o *rythm’n blues* e, em especial,

o gospel- a forma de cantar das igrejas negras), o soul se tornaria, na década seguinte, o grande veículo de divulgação das novas posturas do Movimento Negro americano, por vezes expressas nas letras das canções, porém, de modo mais geral, no gestual, nas indumentárias e nos penteados dos músicos e cantores.

Embora não houvesse uma conexão direta, formal, entre as novas organizações do Movimento Negro nascidas na primeira metade da década de 1970 e os promotores dos bailes de soul, havia uma ligação entre eles em função de dois motivos: o fato de haver um bom número de militantes que frequentavam as festas e de estas serem grandes e concorridos espaços de construção e afirmação de uma identidade negra positiva, algo conspicuamente ausente, por exemplo, nas manifestações estruturadas em torno do samba ou de outras expressões da cultura afro-brasileira, mas um dos pontos principais na agenda do novo movimento. Coletivamente conhecidos como Movimento

Black (Black Rio, Black São Paulo, Black BH, Black Bahia...), termo que apareceu pela primeira vez numa reportagem publicada em julho de 1976 no Caderno B do *Jornal do Brasil*, assinada por uma jornalista chamada Lena Frias – a revelar a influência do jornalismo sobre a história – os bailes de soul tiveram uma repercussão jamais imaginada por seus organizadores.<sup>3</sup> Embora já existissem desde o início da década, o fato de se realizarem nos subúrbios das Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro tornava-os virtualmente invisíveis às elites intelectuais e políticas, simbolicamente concentradas na próspera Zona Sul. A reportagem, ao revelar que centenas de milhares de jovens negros frequentavam festas embaladas por um gênero musical americano associado à afirmação da negritude, provocou reações de perplexidade, curiosidade, rejeição e medo. Para a direita, elas representavam a chegada ao Brasil das ideias de grupos radicais afro-americanos como os Panteras Negras. Já para a esquerda e seus acólitos no mundo do samba, que viam no soul um concor-

rente, tratava-se, pura e simplesmente, de uma execrável manifestação do imperialismo americano cujo objetivo seria solapar a sacrossanta cultura nacional.<sup>4</sup>

Por dever de ofício, os órgãos de repressão enviaram seus agentes para espionarem os bailes. Estes, de início, viram aquilo que lhes fora dito que veriam, produzindo relatórios exagerados, distorcidos e até mesmo ridículos, como o reproduzido abaixo (Informe nº 17/75B do Ministério do Exército, I Exército, de 7 de fevereiro de 1975):

(...) estaria sendo formado no Rio um grupo de jovens negros de nível intelectual acima da média, com pretensões de criar no Brasil um clima de animosidade entre brancos e pretos.

Consta que o grupo é liderado por um negro americano que controla o dinheiro que parece chegar de fora, possivelmente dos Estados Unidos.

Estariam sendo aliciados jovens negros na Escola de Samba Portela, em Ma-

dureira.

Algumas metas do grupo seriam:

- Sequestrar filhos de industriais brancos
- Criar um bairro só de negros
- Criar ambiente de aversão a brancos, entre os negros. (...)

Com o tempo, os agentes infiltrados, necessariamente negros, jovens e de aparência compatível com a tarefa, acabam percebendo que as festas não eram perigosas: não havia brigas nem consumo de drogas, muito menos mensagens racistas ou sequer políticas. Já a esquerda não precisou se dar ao trabalho de se aproximar dos bailes, pois *já sabia* do que se tratava. Não deixou de ser decepcionante, para quem vivenciou o fenômeno, ver publicações como *O Pasquim*, *Movimento* e outras ditas “alternativas”, contrárias ao regime ditatorial vigente, publicarem sandices sobre um fenômeno que simplesmente desconheciam... De qualquer sorte, manifestou-se aí, como tantas vezes ao longo da História brasileira, uma con-



vergência de direita e esquerda na rejeição a tudo que pareça capaz de abalar o status quo racial no Brasil.

O descrédito e a rejeição do establishment, que motivaram ninguém menos que Gilberto Freyre a escrever um texto que condensa todo o ridículo dessas visões da elite, não tinham alicerce na realidade.<sup>5</sup> Ainda que não explicitamente político, o Movimento Black foi de enorme importância no que se refere à construção de uma identidade negra que se opunha aos estereótipos secularmente construídos e sustentados pelo grupo dominante, mas também, o que é, de nosso ponto de vista, ainda mais grave, inculcados nas mentes dos negros por aquilo que o filósofo francês Louis Althusser denominava “aparelhos ideológicos de Estado”, responsáveis por disseminar na sociedade e transmitir às novas gerações as ideias desse mesmo grupo: a família, a escola e os meios de comunicação.<sup>6</sup> Em Lideranças negras, a socióloga Márcia Contins nos mostra o impacto dos bailes de soul na consciência

da maioria dos militantes por ela entrevistados.<sup>7</sup> Da mesma forma, o antropólogo Antônio Risério, em *Carnaval ijexá*,<sup>8</sup> revela que a origem dos blocos afro de Salvador está nessas festas, onde jovens negros tiveram a ideia de criar organizações culturais, centradas no carnaval, visando enfrentar o racismo que se manifestava nos blocos tradicionais. Em entrevista pessoal, Antônio Carlos “Vovô”, fundador do Ilê-Aiyê, assim o confirmou:

– Nós dançávamos o brown...

O movimento começou a arrefecer, até os bailes desaparecerem por completo, com exceção de festas comemorativas, no final daquela década, em função de três principais fatores, dois deles externos e um interno. Externamente, começa a haver uma mudança no cenário musical de origem do gênero, os Estados Unidos, em que compositores e intérpretes abandonam paulatinamente as posturas de afirmação da negritude, ao mesmo tempo em que surge a disco

music, ou discoteca, a partir dos clubes de gays negros de Nova York e Filadélfia, berço do “Philly sound”, ou som da Filadélfia, considerado precursor do novo gênero. Simultaneamente, as festas black foram alvo no Brasil de uma insidiosa campanha de ridicularização em que se destacam os programas humorísticos da Rede Globo, nos quais comediantes negros como Grande Otelo, Muçum e Tião Macalé ajudaram a transformar os adeptos do soul em alvos de chacota. Até hoje, contudo, o gênero é periodicamente celebrado em festas realizadas em diversos pontos do Rio de Janeiro, do Centro e de Santa Teresa ao famoso calçadão de Padre Miguel. E em Belo Horizonte é famoso o BH Soul, realizado semanalmente, aos sábados, num ponto central da cidade.<sup>9</sup>

# MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Um dos aspectos mais importantes que costumam ser ignorados pela historiografia mainstream é a participação negra no processo abolicionista (e imediatamente pós). Não começou aí a se manifestar o ativismo negro, em diversas de suas facetas, de vez que, antes de maio de 1888, já havia desde clubes recreativos como o Floresta Aurora, fundado na cidade de Porto Alegre, em 1872, a organizações voltadas à compra da alforria de pessoas escravizadas, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, criada 40 anos antes em Salvador, considerada a primeira organização civil negra do país. Particularmente desconcertante, para um ativista do Movimento Negro que iniciou sua jornada na primeira metade da década

de 1970 – primeiro como frequentador dos bailes de soul, depois participando das reuniões realizadas aos sábados na Faculdade Cândido Mendes de Ipanema, sob o incentivo do saudoso sociólogo José Maria Nunes Pereira, vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, e, em seguida, como membro fundador do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) –, é a ideia, tão difundida na literatura sobre esse tipo de manifestação, de que a luta negra contemporânea teria começado somente no final daquela década, com a fundação do Movimento Negro Unificado. Na verdade, criado em meio à chamada “distensão” iniciada no Governo Geisel e que marcou a fase final da ditadura civil-militar implantada com o golpe de 1964, o MNU trouxe como novidade importante a assunção de uma postura explicitamente política, geralmente evitada por organizações anteriores que preferiram ocultar-se sob a fachada de entidades culturais, como no caso do IPCN, cujos fundadores jamais pretenderam pesquisar coisa alguma...

## GRUPO PALMARES: A INVENÇÃO DE ZUMBI

A primeira organização do Movimento Negro Contemporâneo (ou dos anos 70) de que se tem notícia é o Grupo Palmares, fundado em Porto Alegre, em 20 de julho de 1971, por quatro jovens universitários negros que tinham como proposta promover uma revisão da História do Brasil com o objetivo de realçar uma “tradição de resistência”. Responsável pela ideia de se comemorar o 20 de Novembro, dia registrado pela historiografia como o da morte de Zumbi, líder do quilombo que deu nome à entidade, sua proposta inicial era exatamente “rever a História do Brasil em busca de novos referenciais negros”.<sup>10</sup> O grupo nasceu de reuniões informais de jovens negros nas Rua dos Andradas, até hoje conhecida pela antiga denominação de “Rua da Praia”, local preferido para se fazer o footing, ou seja, o passeio a pé no final do dia, prática corriqueira nas cidades brasileiras na era anterior aos shopping centers. Tratando-se, porém, de Porto Alegre, cidade profundamente mar-

cada pela segregação racial, negros e brancos ocupavam espaços distintos na mesma rua, separados pela Avenida Borges de Medeiros. Não é que não pudessem transitar livremente, mas reunir-se em grupos, só do lado de seus “patrícios”.

O Grupo Palmares constituiu-se, então, como organização cultural sem fins lucrativos, voltada a promover atividades centradas nas artes, na cultura e na História, tendo como foco principal fortalecer a autoestima da população negra – categoria que englobava pretos e mulatos –, bem como estimular sua mobilização política. É nessa perspectiva que a nova organização, que jamais pretendeu ser um movimento de massas, mas um centro de articulação da intelectualidade e da militância negras, elege como objetivo encontrar uma alternativa ao 13 de Maio, negativamente percebido como data representativa do papel de submissão reservado aos negros pela cultura oficial. Curiosamente, como nos mostra Campos, o que lhes chama a atenção para a figura de Zum-

bi é uma publicação da Editora Abril, na coleção Grandes Personagens da História, complementada pela leitura de duas obras importantes: Quilombo dos Palmares, de Edson Carneiro, e Guerra nos Palmares, de Ernesto Ennes.

Sem possuir uma sede própria, o grupo se aproximou de clubes negros como os tradicionais Floresta Aurora e Marcílio Dias, onde realizava suas reuniões e atividades culturais, que incluíam palestras, recitais e exposições. Mas o grupo também se aproximou de manifestações culturais afro-brasileiras, como as congadas, que ajudou a revitalizar, e as escolas de samba, especialmente os Imperadores do Samba e a Academia de Samba Praiana, vistas como potenciais veículos de suas ideias e posturas. Mas é surpreendente, numa perspectiva atual, pela qual a grande imprensa tende a ser vista como adversária do Movimento Negro, ter sido ela o principal canal de comunicação do Grupo Palmares com militantes e grupos negros de outras regiões do país, bem



como com a sociedade brasileira de maneira mais ampla. Isso se deu graças a duas reportagens publicadas em 1973 e 1974 pelo Jornal do Brasil – um dos mais importantes veículos da época, de tendência moderadamente progressista – ambas assinadas por um jornalista que mais tarde se tornaria famoso, Alexandre Garcia.<sup>11</sup> (“Negro no Sul não quer mais abolição como data da raça”, 13/05/1973, e “Manifesto reafirma a busca da integração”, 20/11/1974).

Embora os arquivos por nós coletados, graças à Comissão da Verdade/RJ, se refiram basicamente às organizações negras da cidade e do estado do Rio de Janeiro (então Guanabara), o Grupo Palmares é negativamente mencionado na Informação no 580/19/AC/78 do Serviço Nacional de informações – SNI, Agência Central, segundo a qual:

Em 23 novembro de 74, o jornal “ZERO HORA”, de PORTO ALEGRE/RS, publicou reportagem (...), enfocando o problema racial sob uma ótica revanchista,

causando reflexos negativos no seio da comunidade gaúcha. A reportagem, apesar de não estar assinada, faz referência ao “Grupo Palmares” e à sua proposição sobre a mudança da data nacional da raça negra. (Grifos nossos)

A trajetória do grupo Palmares tem uma peculiaridade: a organização não terminou em função de repressão, disputas internas ou dificuldades de qualquer tipo, mas foi dissolvida em 1978, por decisão de sua própria diretoria: com a fundação do MNU, naquele mesmo ano, seus membros consideraram cumprida a sua missão e ingressaram, todos, na nova entidade.

## **IPCN:**

### **O FAVORITO DA REPRESSÃO**

O Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – IPCN nasceu em julho de 1975 a partir da fusão de três grupos distintos. O primeiro, mais numeroso, constituído de frequentadores das reuniões realizadas aos sábados, desde o início de 1974, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do en-

tão Conjunto Universitário Cândido Mendes, graças à respeitosa colaboração de seu vice-diretor, o sociólogo José Maria Nunes Pereira. O segundo era formado por atores e atrizes negros da TV Globo – Milton Gonçalves, Jorge Coutinho, Haroldo de Oliveira, Antônio Pitanga, Jacira Silva – acomodados com os papéis secundários que costumavam desempenhar em suas séries e novelas, tendo como estopim a escolha de Sônia Braga para viver a personagem principal de Gabriela, em lugar da bela Vera Manhães (mãe de Camila Pitanga). O terceiro, não menos atuante, compunha-se principalmente de funcionários negros do Judiciário que já haviam sido os principais protagonistas na fundação, pouco tempo antes, da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África – Sinba.

Desprovido de uma sede própria e sem uma fonte regular de renda que sustentasse o aluguel de um imóvel, o IPCN realizava inicialmente seus encontros de diretoria nas residências de alguns diretores e suas reuni-

ões maiores, abertas ao público, em espaços como os teatros Opinião e Tereza Raquel (cedidos graças à intercessão dos mencionados atores), e depois, por cerca de um ano, numa sala do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, gentilmente cedida todos os sábados. (Por sinal, o fato de o Instituto Goethe de Salvador, vinculado, tal como o ICBA, à Embaixada da Alemanha no Brasil, ter tido um papel semelhante naquela cidade valeria uma investigação acadêmica – seria isso devido a uma política da diplomacia alemã ou apenas fruto da simpatia de gente como o grande musicólogo Hans-Joachim Koellreuter, diretor do ICBA, pela causa negra?)

As reuniões abertas eram uma continuidade daquelas realizadas anteriormente no CEAA: espaços em que não apenas se promoviam seminários, debates, mesas-redondas sobre temas relacionados a raça e racismo, mas também ambientes em que pessoas podiam compartilhar seus conhecimentos e experiências nessa área, por vezes de forma emocional ou catártica. Ocasionalmen-

te, promoviam-se palestras de acadêmicos e militantes de outras cidades e estados e de alguns estrangeiros, como o historiador caribenho Roy Arthur Glasgow e o icônico ativista afro-americano Stokeley Carmichael.

A aquisição, pelo IPCN, de um espaço para funcionar como sede merece atenção especial, já que é um capítulo pouco conhecido das relações e influências mútuas de Brasil e Estados Unidos no que se refere à questão de raça – e um capítulo em que me vi pessoalmente envolvido. Meses após a fundação do IPCN, um afro-americano que morava no Rio de Janeiro e chegou a jogar basquete pelo Flamengo, James Samuel Lee, ou Jimmy Lee, me levou à Fundação Ford para sondarmos a possibilidade de algum apoio à nova instituição. O funcionário que me atendeu disse que a Ford não atuava nessa área no Brasil, mas que havia outras instituições semelhantes nos Estados Unidos que poderiam interessar-se. Passado algum tempo, ele me liga e avisa que estaria chegando ao

Brasil um representante da Fundação Interamericana (Inter-American Foundation – IAF), ligada ao Partido Democrata, que poderia apoiar um projeto nosso. Veio daí a doação de 82 mil dólares que possibilitou ao IPCN a compra de um imóvel, na Av. Mem de Sá, 208, que passou a funcionar como sede da instituição. Vale registrar que, ao final daquele ano, após a publicação de um folheto que mostrava a contribuição da IAF a três organizações negras – além do IPCN, o Grupo Olorum Baba Min, de dança afro, e a Escola de Samba Quilombo –, tendo em vista o problema racial no Brasil, a Fundação foi colocada diante de uma opção pelo governo brasileiro: para continuar operando no Brasil, seria obrigada a submeter os projetos por ela aprovados à sua sanção. A IAF recusou-se e se retirou do país, só voltando após a redemocratização.<sup>12</sup>

No seu período áureo, que vai da fundação até o final da década de 1980, o IPCN foi, sem sombra de dúvida, a mais importante organização negra no Rio de Janeiro –

para o que em muito contribuiu a estabilidade proporcionada por uma sede própria. Tornou-se o centro das discussões sobre a questão racial na cidade e no estado, com atividades que incluíam desde palestras, seminários e debates formais, até apresentações de grupos culturais, sem esquecer as sessões de cinema com filmes sobre temática racial, realizadas às sextas-feiras, com direito a debate, além de bebidas e salgadinhos servidos no bar da entidade. Tudo isso fez do Instituto um ponto de encontro de intelectuais e militantes negros e de uma juventude interessada em se aproximar dessa temática. Foi igualmente o IPCN o ponto focal, no Rio de Janeiro, das atividades relacionadas à execração do apartheid sul-africano, onde se decidiu, por exemplo, realizar manifestação em frente ao Consulado da África do Sul, com direito a queima de bandeira. Foi igualmente no IPCN que se realizaram as principais reuniões preparatórias da Marcha contra a Farsa da Abolição, realizada em 13 de maio de 1988 e liderada por membros da entidade.

O papel-chave desempenhado pelo IPCN nesse período pode ser avaliado pelo volume dos registros da espionagem de que a organização foi objeto naquele período, que mostra a importância a ela atribuída pelos órgãos de informação da ditadura. Segundo relatórios de agentes infiltrados, seria o IPCN “o órgão coordenador das atividades de resistência negra do estado do Rio de Janeiro”, que “estaria se articulando para desenvolver um ‘trabalho de massa’ nas favelas dos morros da Mangueira e São Carlos, através da formação de grupos de capoeira, e seus dirigentes estariam se preparando para enviar uma delegação para a Reunião Internacional de Negros (a ser realizada em 1977, em Caracas/Venezuela)” – evento que, diga-se, jamais ocorreu.<sup>13</sup>

Após um período áureo, que vai de sua fundação até o início da década de 1990, o IPCN começa a entrar num declínio que se acentua com o passar dos anos, até se transformar numa entidade semimorta, com a



deterioração de sua sede traduzindo sua notória irrelevância. Concentradas em disputas ideológicas e destituídas de experiência/vocação administrativa, as novas diretorias conseguiram afastar antigos membros, ao mesmo tempo em que não atraíam novos militantes. Depois de anos de inércia, tem-se realizado um movimento com o objetivo de revitalizá-lo – o que inclui a difícil tarefa de colocar suas finanças em dia mediante o pagamento de impostos e taxas atrasados.

# BALANÇO FINAL

## UMA SEQUÊNCIA DE AVANÇOS

Apesar de suas muitas deficiências, em que se destacam a exiguidade do número de membros e a fragmentação político-ideológica, o Movimento Negro Contemporâneo tem obtido vitórias significativas, especialmente nos últimos anos. A primeira delas, menos óbvia, é o fato de ter mantido sua continuidade através de mais de quatro décadas, contrariando a visão dos que lhe previam uma curta e infrutífera existência. Um dos motivos foi a construção de alianças com brancos progressistas nas áreas da academia, da política, da mídia e do mundo sindical, tradicionalmente avesso a sequer discutir a questão racial, vista como um tema “que divide a classe trabalhadora”. Para isso, foi de grande valia o retorno ao

Brasil, no final da década de 1970 e início da seguinte, de políticos e intelectuais que haviam sido forçados ao exílio pelo regime militar e que, por essa época, começaram a voltar em função da chamada “abertura política”, muitos deles com novas ideias sobre a questão de raça, ou pelo menos abertos à discussão do tema. Não por acaso, foi o PDT de Leonel Brizola, um desses retornados, que no exílio travara contato próximo com o histórico militante negro Abdias Nascimento, o primeiro partido a incorporar a questão racial ao seu programa (4º compromisso programático).

Na década seguinte, algumas unidades federativas começaram a criar conselhos voltados ao problema racial, a primeira das quais foi o estado de São Paulo, em 1983, no governo Franco Montoro – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (SANTOS, 2001). De caráter consultivo, sem verbas próprias, são órgãos de valor eminentemente simbólico, cuja principal importância talvez esteja em atestarem

um tímido reconhecimento da questão racial pelo Estado. Na sequência, em 1988, no governo Sarney, é criada a Fundação Cultural Palmares, no âmbito do Ministério da Cultura, com vistas à promoção e preservação das culturas negra e indígena. Dois anos depois, no início de seu segundo mandato como governador do estado do Rio de Janeiro, Brizola mais uma vez inova ao criar a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, entregue à liderança de Abdias Nascimento. No âmbito federal, em resposta à Marcha pelos 300 Anos de Zumbi, realizada no dia 20 de novembro de 1995, Fernando Henrique Cardoso – um importante estudioso da questão racial no Brasil<sup>14</sup> – torna-se o primeiro presidente brasileiro a reconhecer o racismo e cria o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (do qual este autor participou, por obra do destino, como representante do Ministério dos Esportes). No ano seguinte, o Ministério da Justiça promove o seminário internacional Multiculturalismo e Racismo: O

Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos, com abertura do próprio presidente e a presença de intelectuais como Thomas Skidmore, Angela Gillian, Roberto da Matta, Carlos Hasenbalg e Antônio Sérgio Guimarães. Ainda no segundo governo FHC, são implementadas as primeiras políticas de ação afirmativa com recorte racial nos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, das Relações Exteriores e do Trabalho e no Supremo Tribunal Federal.<sup>15</sup>

Mas é no início do novo milênio que as conquistas do Movimento Negro começam a tomar vulto. Em 2001, na esteira da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada, sob os auspícios da ONU, na cidade sul-africana de Durban, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprova a lei, sancionada pelo governador, que institui cotas para negros e pobres (depois acrescidos de outras categorias) no vestibular para as universidades públicas do

estado (UERJ e UENF). Seguem-se dezenas de outras universidades públicas, federais e estaduais, com medidas semelhantes, por decisão de seus conselhos universitários. Igualmente importante para o Movimento Negro é a aprovação da Lei 10.639, no início do primeiro governo Lula, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir, em todos os níveis curriculares, o ensino da História e da Cultura dos povos africanos e afrodescendentes (um pleito que começara a surgir ainda na década de 1970, nas reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e do IPCN). Em paralelo, alguns municípios e, depois, estados começam a implantar sistemas de cotas para negros nos exames para o ingresso no serviço público. Finalmente, o Governo Federal implanta medidas da mesma natureza, nas duas áreas, que tiveram confirmada sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, em 2012 (ensino superior) e 2017 (serviço público).

A adoção dessas políticas e, particularmente,

das cotas para negros, para além dos benefícios usufruídos por milhares de estudantes afro-brasileiros que agora frequentam universidades públicas de qualidade, onde sua presença é uma visível novidade numa paisagem humana que costumava ser monotonamente branca, tem provocado um efeito extremamente benéfico e promissor na sociedade brasileira: a discussão, não apenas sobre ação afirmativa ou cotas, mas sobre o tema de fundo, que é a questão racial. Por muito tempo ignorada ou evitada sob uma variedade de argumentos, dentre os quais o de sermos uma “democracia racial”, a polémica gerada pelas políticas de ação afirmativa com recorte racial transformou a questão de raça num dos principais temas do debate público na atualidade, para o que contribuem significativamente as redes sociais. Em paralelo e consonância com isso, jovens negros se manifestam e se organizam, tanto para defender suas posições no âmbito universitário, com os chamados “coletivos”, quanto para afirmar e valorizar a herança africana por meio de seus trajes e,

especialmente, penteados. É como se vivêssemos um saudável revival da estética e das posturas que aqui surgiram, vindas de fora, quatro décadas atrás, mediante as variadas facetas de um movimento detentor de mais vitórias do que seus honrados e respeitados antecessores: o Movimento Negro Contemporâneo.



## NOTAS

1. Bauman, Zygmunt. (2006). *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
2. Bauman, Zygmunt (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
3. Frias, L. (1976). “Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil”. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 17 de julho.
4. Ver de Paulina Alberto, professora de História e de Português da Michigan State University, “Quando o Rio era black: soul music no Brasil nos anos 70”. *História: Questões & Debates*, vol. 63, n.2, p. 41-89, jul./dez.2015. Curitiba: Associação Paranaense de História (APAH) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR).
5. “Atenção, brasileiros”. *Diário de Pernambuco*, seção Opinião, A-13, 15 de maio de 1977.
6. Althusser, Louis, *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
7. Contins, Márcia (2005). *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
8. Risério, A. (1981) *Carnaval ijexá*. Salvador: Corrupio.
9. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=vHUDd9a>.
10. Campos, D.M.C. (2006) *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RS.
11. “Negro no Sul não quer mais abolição como data da raça”, 13/05/1973, e “Manifesto reafirma a busca da integração”, 20/11/1974.
12. Reiter e Simmons, 2012; Reid Andrews, 1996.
13. Informação DGIE/DPPS/DO/SOE – 18/05/77.
14. Ver, por exemplo, Cardoso & Ianni, 1960; Cardoso, 1962.
15. Ver De Paula, 2010.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, P. Quando o Rio era black: soul music no Brasil nos anos 70. *História: Questões & Debates*. Curitiba. v. 63, n.2, p. 41-89, jul./dez, 2015.

ALBERTI, V; Pereira, A.A. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDREWS, G, Reid. Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint. *Journal of Contemporary History*, v. 31, n. 3, julho, p. 483-507, 1996.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Z. *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CAMPOS, D.M.C. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. Dissertação (Mestrado em História), PUC/RS, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 1962. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique; Ianni, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. *Colorindo memórias e redefinindo olhares: ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CVRJ, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pires-T-Colorindo-memorias-e-redefinindo-olhares-Ditadura-militar-e-racismo-no-Rio-de-Janeiro-2.pdf> Acesso em 06 maio 2021.

CONTINS, Márcia. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 34, n. 67. 2014.
- DOMINGUES, Petrônio. Os “Pérolas Negras”: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *Afro-Ásia*, Bahia. n. 29/30. p. 199-245, 2003.
- FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- FREYRE, G. Atenção, brasileiros. *Diário de Pernambuco*, seção Opinião, A-13, 15 de maio, 1977.
- FRIAS, L. Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 17 de julho, 1976.
- GARCIA, A. Negro no Sul não quer mais abolição como data da raça. *Rio de Janeiro: Jornal do Brasil*, 13 de maio, 1973.
- GARCIA, A. Manifesto reafirma a busca da integração. *Rio de Janeiro: Jornal do Brasil*, 20 de novembro, 1974.
- GOMES, A.C. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GOMES, Flávio. *Da Nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- GOMES, Flávio; Domingues, Petrônio (orgs.) *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.
- LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

PAULA, Marilene de. Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

PINTO, Regina Pahim. O movimento negro: 1900-1937. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora da UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

REITER, B; SIMMONS, K.E. (orgs.). Afro-descendants, identity, and the struggle for development in the Americas. East Lansing: Michigan State University Press, 2012.

RISÉRIO, A. Carnaval ijexá. Salvador: Corrupio, 1981.

SANTOS, Ivair A.A.S. O movimento negro e o Estado: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo (1983 – 1987). Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In Cunha, Olivia Maria Gomes da; Gomes, Flávio dos Santos (orgs.). Quase cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

## DOCUMENTOS DE ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

ARQUIVO NACIONAL. AC-ACE-26403 – Black Rio/SP/Bahia.

ARQUIVO NACIONAL. AMA\_ACE\_2671\_82 – Black Rio e organizações negras.

ARQUIVO NACIONAL. APA\_ACE\_8562\_84 – Movimento Nacional dos Blacks.

ARQUIVO NACIONAL. APA\_ACE\_4510\_80 – Movimento Nacional dos Blacks.

ARQUIVO NACIONAL. AC\_ACE\_109622\_76\_001. Dossiê SNI de monitoramento ao movimento negro I.

ARQUIVO NACIONAL AC\_ACE\_109622\_76\_001. Dossiê SNI de monitoramento ao movimento negro III.

ARQUIVO NACIONAL. AC\_ACE\_109622\_76\_001. Dossiê SNI de monitoramento ao movimento negro IV.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 296. Informação do DGIE sobre o IPCN.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Operação IPCN.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 232. Troca de informações entre I Exército e DGIE sobre bailes black.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 252. Pedido de Buscas do SNI sobre o Black Rio.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Pedido de buscas do CIE sobre ações do IPCN.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas, Setor DGIE, Notação 250. Documentos do Conselho de Segurança Nacional e do DGIE sobre bailes black.